

Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardelo
Av. Mostardelo, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
Dourados - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS (Cooperativa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 12 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	1.106.565	874.363	CIRCULANTE	492.656	367.896
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	16.024	18.942	DEPÓSITOS (NOTA 11)	171.122	127.171
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	478.405	359.279	Depósitos à Vista	159.474	114.119
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	16	-	Depósitos a Prazo	11.648	13.052
Correspondentes no país	224	281	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	263.638	189.606
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	478.165	358.998	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	17	738
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	583.507	472.337	Repasses Interfinanceiros (NOTA 12)	263.621	188.868
Operações de Crédito	617.299	504.769	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	831	909
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(33.792)	(32.432)	Recursos em Trânsito de Terceiros	831	909
OUTROS CRÉDITOS	25.413	20.137	OUTRAS OBRIGAÇÕES	57.065	50.210
Créditos por Avais e Fianças Honrados	239	97	Cobrança e Arrecadação de Tributos	190	177
Rendas a Receber	1.901	2.258	Sociais e Estatutárias	7.033	5.132
Diversos (NOTA 07)	23.622	18.190	Fiscais e Previdenciárias	2.185	1.814
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(349)	(408)	Diversas (NOTA 13)	47.657	43.087
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	3.216	3.668			
Outros Valores e Bens	3.455	3.763			
(Provisão para desvalorização)	(445)	(432)			
Despesas Antecipadas	206	337			
NÃO CIRCULANTE	105.235	100.684	NÃO CIRCULANTE	445.549	387.390
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	54.323	57.083	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	445.549	387.390
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	115	101	DEPÓSITOS (NOTA 11)	438.472	376.316
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	115	101	Depósitos a Prazo	438.472	376.316
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	54.207	56.851	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	7.077	11.074
Operações de Crédito	64.195	73.706	Repasses Interfinanceiros	7.077	11.074
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.988)	(16.855)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	1	131			
Diversos	1	131			
PERMANENTE	50.912	43.601	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	273.595	219.761
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	24.189	24.189	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	133.075	114.667
Outros Investimentos	24.189	24.189	De Domiciliados no País	133.450	114.923
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	20.124	13.749	(Capital a Realizar)	(375)	(256)
Imóveis de Uso	1.671	486	RESERVAS DE CAPITAL	47	47
Outras Imobilizações de Uso	27.509	20.950	RESERVAS DE SOBRAS	115.939	87.731
(Depreciação acumulada)	(9.056)	(7.687)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	24.534	17.316
INTANGÍVEL (NOTA 10)	6.599	5.663			
Outros Ativos Intangíveis	11.198	9.274			
(Amortização acumulada)	(4.599)	(3.611)			
TOTAL DO ATIVO	1.211.800	975.047	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.211.800	975.047

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	(Não Auditado)		Total	(Reapresentado)		Total	(Reapresentado)		Total
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	78.996	-	78.996	149.764	3	149.767	128.847	4	128.851
Operações de Crédito	78.376	-	78.376	149.123	3	149.126	128.824	4	128.828
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	614	-	614	621	-	621	1	-	1
Resultado das Aplicações Compulsórias	6	-	6	20	-	20	22	-	22
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(51.411)	(528)	(51.939)	(96.843)	(831)	(97.674)	(82.169)	(834)	(83.003)
Operações de Captação no Mercado	(29.000)	(29)	(29.029)	(54.808)	(49)	(54.857)	(36.412)	(43)	(36.455)
Operações de Empréstimos e Repasses	(7.387)	(499)	(7.886)	(13.750)	(782)	(14.532)	(12.923)	(791)	(13.714)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.024)	-	(15.024)	(28.285)	-	(28.285)	(32.834)	-	(32.834)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.585	(528)	27.057	52.921	(828)	52.093	46.678	(830)	45.848
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	145	4.460	4.605	2.855	7.972	10.827	(7.424)	8.846	1.422
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.495	7.452	11.947	8.177	13.342	21.519	6.829	10.348	17.177
Rendas de Tarifas Bancárias	7.686	-	7.686	15.012	-	15.012	12.654	1	12.655
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(21.549)	(1.464)	(23.013)	(39.646)	(2.283)	(41.929)	(31.867)	(2.000)	(33.867)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(14.808)	(1.511)	(16.319)	(28.229)	(2.601)	(30.830)	(22.100)	(2.244)	(24.344)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(94)	(379)	(473)	(155)	(676)	(831)	(143)	(530)	(673)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	36.518	886	37.404	69.345	1.039	70.384	46.260	4.144	50.404
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(12.103)	(524)	(12.627)	(21.649)	(849)	(22.498)	(19.057)	(873)	(19.930)
RESULTADO OPERACIONAL	27.730	3.932	31.662	55.776	7.144	62.920	39.254	8.016	47.270
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(137)	(7)	(144)	(303)	(15)	(318)	(334)	(2)	(336)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	27.593	3.925	31.518	55.473	7.129	62.602	38.920	8.014	46.934
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	885	885	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	517	517	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	368	368	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	27.593	4.810	32.403	55.473	7.129	62.602	38.920	8.014	46.934
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	7.129	(7.129)	-	8.014	(8.014)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	27.593	4.810	32.403	62.602	-	62.602	46.934	-	46.934
DESTINAÇÕES	-	-	-	(38.068)	-	(38.068)	(29.618)	-	(29.618)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(10.870)	-	(10.870)	(8.799)	-	(8.799)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.453)	-	(2.453)	(1.732)	-	(1.732)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(22.081)	-	(22.081)	(15.585)	-	(15.585)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.664)	-	(2.664)	(3.502)	-	(3.502)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	24.534	-	24.534	17.316	-	17.316

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	93.104	-	66.878	17.661	177.643
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	11.115	-	-	(15.845)	(4.730)
Destinações para reservas	-	-	1.766	(1.766)	-
Outras destinações	-	-	-	(50)	(50)
Reserva de Capital	-	47	-	-	47
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.561	-	-	-	4.561
Baixas de capital	(2.569)	-	-	-	(2.569)
Resultado do período	-	-	-	46.934	46.934
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.732)	(1.732)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	15.585	(15.585)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.456	-	-	(8.799)	(343)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	3.502	(3.502)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	114.667	47	87.731	17.316	219.761
Mutações do Período	21.563	47	20.853	(345)	42.118
Saldos no início do período em 01/01/2016	114.667	47	87.731	17.316	219.761
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.887	-	-	(13.689)	(6.802)
Destinações para reservas	-	-	3.463	(3.463)	-
Outras destinações	-	-	-	(164)	(164)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.872	-	-	-	5.872
Baixas de capital	(4.682)	-	-	-	(4.682)
Resultado do período	-	-	-	62.602	62.602
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.453)	(2.453)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	22.081	(22.081)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.331	-	-	(10.870)	(539)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	2.664	(2.664)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	133.075	47	115.939	24.534	273.595
Mutações do Período	18.408	-	28.208	7.218	53.834
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	121.866	47	91.194	30.199	243.306
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.422	-	-	-	3.422
Baixas de capital	(2.544)	-	-	-	(2.544)
Resultado do período	-	-	-	32.403	32.403
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(2.453)	(2.453)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	22.081	(22.081)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.331	-	-	(10.870)	(539)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	2.664	(2.664)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	133.075	47	115.939	24.534	273.595
Mutações do Período	11.209	-	24.745	(5.665)	30.289

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	26.081	58.692	65.285
Resultado do semestre/exercício	32.403	62.602	46.934
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(6.322)	(3.910)	18.351
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(5.185)	(5.507)	17.619
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	13	269
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	71	(59)	191
Depreciação do imobilizado de uso	1.171	2.215	1.656
Amortização do intangível	538	988	837
Baixas do ativo permanente	211	412	31
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(61)	52	61
Destinações ao FATES	(2.454)	(2.453)	(1.732)
Dividendos SicrediPar	(613)	429	(581)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(64.246)	74.798	76.407
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(7)	(14)	(101)
Redução (Aumento) em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	7.324	(16)	4
Redução em créditos vinculados	70	-	-
Redução em relações com correspondentes	33	57	32
(Aumento) em operações de crédito	(185.022)	(103.019)	(36.434)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	122.497	70.035	(9.687)
(Aumento) em outros créditos	(3.975)	(5.516)	(5.502)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(70)	439	(3.118)
Aumento (Redução) em depósitos	(21.988)	106.107	124.211
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(110)	(78)	246
Absorção de dispêndios pelo FATES	(860)	(1.853)	(1.562)
Aumento em outras obrigações	17.862	8.656	8.318
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(38.165)	133.490	141.692
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.031)	(9.002)	(5.607)
Aplicações no Intangível	(377)	(1.924)	(2.650)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(5.408)	(10.926)	(8.257)
Integralização de capital	3.423	5.872	4.561
Baixa de capital	(2.544)	(4.682)	(2.569)
Outras Reservas de Capital	-	-	47
Juros ao capital próprio	(539)	(539)	(343)
Distribuição de Sobras	-	(6.966)	(4.780)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	340	(6.315)	(3.084)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(43.233)	116.249	130.351
Caixa e equivalente de caixa no início do período	537.422	377.940	247.589
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	494.189	494.189	377.940

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 05/12/1989 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	874.494	(131)	874.363
OUTROS CRÉDITOS	20.268	(131)	20.137
Diversos	18.321	(131)	18.190
Ativo Não circulante	100.553	131	100.684
OUTROS CRÉDITOS	-	131	131
Diversos	-	131	131
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	1.422	-	1.422
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	17.567	(390)	17.177
Rendas de Tarifas Bancárias	12.265	390	12.655
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	76.508	(101)	76.407
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	141.793	(101)	141.692
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(8.358)	101	(8.257)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 27 de janeiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	16.024	18.942
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	478.165	358.998
Total	494.189	377.940

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	115	101
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	115	101
Total realizável a longo prazo	115	101

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	290.097	40.768	330.865	315.254
Financiamentos	26.681	9.897	36.578	33.924
Financiamentos rurais e agroindustriais	300.521	13.530	314.051	229.297
Carteira total	617.299	64.195	681.494	578.475

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	239	-	239	97
Títulos e créditos a receber (i)	17.663	1	17.664	12.974
Total	17.902	1	17.903	13.071

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível AA	-	5	-	-	-
Nível A	0,50	336.723	265.878	1.684	1.329
Nível B	1,00	218.326	181.943	2.183	1.819
Nível C	3,00	68.881	65.232	2.067	1.957
Nível D	10,00	22.037	22.985	2.204	2.299
Nível E	30,00	11.910	12.382	3.573	3.715
Nível F	50,00	15.276	7.552	7.638	3.776
Nível G	70,00	4.863	2.770	3.404	1.939
Nível H	100,00	21.376	32.804	21.376	32.804
Total (i)		699.397	591.546	44.129	49.638

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	9.032	87.873	114.882	33.785	245.572	201.601
Rural	1.598	27.721	271.202	13.530	314.051	229.297
Industrial	450	1.427	1.434	2.099	5.410	8.959
Comércio	1.824	22.282	41.032	7.083	72.221	83.502
Outros Serviços	1.407	23.140	29.898	7.698	62.143	68.187
Total	14.311	162.443	458.448	64.195	699.397	591.546

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	50.922	7,28	53.634	9,07
50 devedores seguintes	127.202	18,19	88.630	14,98
100 devedores seguintes	111.384	15,93	79.872	13,50
Demais	409.889	58,61	369.410	62,45
Total	699.397	100	591.546	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	49.638	31.885
Constituição de provisão	28.285	32.834
Movimentação de baixados para prejuízo	(33.794)	(15.081)
Saldo final	44.129	49.638

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 6.228 (2015 - R\$ 5.214), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 24.134 (2015 - R\$ 16.943).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	238	220
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	4.223	2.605
Devedores por depósitos em garantia	22	31
Impostos e contribuições a compensar	722	679
Títulos e créditos a receber	17.663	12.974
Valores honrados	8	60
Cotas de consórcio	37	-
Operações com cartões	75	76
Pendências a regularizar	103	923
Outros	531	622
Total Circulante	23.622	18.190
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	131
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	1	131

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	3.455	3.763
Imóveis	2.752	3.389
Veículos e afins	81	10
Bens em regime especial	622	364
Despesas antecipadas	206	337
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(445)	(432)
Total Circulante	3.216	3.668

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 445 (2015 R\$ 432) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	10.648	10.648
Sicredi Participações S.A.	13.539	13.539
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	24.189	24.189

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	4.391.147 ON	4.391.147 ON	2	2	10.647.686	10.647.686
	9.148.270 PN	9.148.270 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,56%	1,68%	1,27%	1,45%	32,06%	32,54%
Capital social	869.279	804.351	165	138	33.215	32.723
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	35.663	34.580
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	-	-	308	640
Valor do investimento	13.539	13.539	2	2	10.648	10.648

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	29.180	(9.056)	20.124	13.749
Imobilizações em curso	-	8.656	-	8.656	4.931
Terrenos	-	66	-	66	66
Edificações	4%	1.605	(249)	1.356	191
Instalações	10%	6.651	(2.307)	4.344	4.358
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.792	(1.836)	2.956	2.141
Sistema de comunicação	10%	160	(46)	114	60
Sistema de processamento de dados	20%	6.822	(4.498)	2.324	1.841
Sistema de segurança	10%	255	(69)	186	98
Sistema de transporte	20%	173	(51)	122	63
Intangível (i)	5% a 15%	11.198	(4.599)	6.599	5.663
Investimentos Confederação		11.198	(4.599)	6.599	5.663
Total		40.378	(13.655)	26.723	19.412

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	159.474	-	-	159.474	114.119
Depósitos a prazo	3.864	7.784	438.472	450.120	389.368
Total	163.338	7.784	438.472	609.594	503.487

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	263.621	188.868
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	263.621	188.868
Total circulante	263.621	188.868
Recursos do Crédito Rural	7.077	11.074
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.077	11.074
Total exigível a longo prazo	7.077	11.074

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 16/10/2018, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	16.892	19.500
Obrigações por convênios oficiais	7	7
Provisão para pagamentos a efetuar	8.560	7.113
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	261	209
Provisão para coobrigações (i)	1.584	1.116
Pendências a regularizar	15	1.169
Operações com cartões	16.847	11.957
Demais fornecedores	1.422	661
Credores diversos	2.069	1.355
Total circulante	47.657	43.087

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	73	50	(20)	103
Cível	121	141	(104)	158
Tributária	15	-	(15)	-
Total	209	191	(139)	261

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	103	73
Cível	Provável	158	121
Tributária (i)	Provável	-	15
Total		261	209

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 30 e R\$ 101 (2015 - R\$ 0,00 e R\$ 101), respectivamente.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	133.075	114.667
Total de associados	72.434	64.359

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 18.408 (2015 – R\$ 21.563), sendo R\$ 17.218 (2015 – R\$ 19.571) via integralização de resultados e R\$ 5.872 (2015 – R\$ 4.561), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.682 (2015 – R\$ 2.569).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9% em Conta Capital, no montante de R\$ 10.870 mil, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	62.602	46.934
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(26.293)	(19.712)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	20	100
Provisão de PPR	14	(28)
Receita com atos cooperativos	23.298	15.568
Juros sobre o capital próprio	4.565	3.520
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	937
Outros	(1.604)	(385)
Subtotal	26.293	19.712
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	115	101
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	478.165	358.998
Outros Créditos - Rendas a receber	1.063	897
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	3.368	2.734
Investimentos (Nota 09)	24.189	24.189
Intangível (Nota 10)	6.599	5.663
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	270.698	199.942
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	16.233	11.920
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	621	1
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	5.420	109
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 18)	63.101	41.314
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	14.533	13.714
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	2.474	1.992
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 19)	13.281	12.455

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	186	0,17%	29
Depósitos a prazo	846	0,20%	238
Operações de crédito	2.217	0,19%	850

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	1.870	1.601

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.116	416
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	62.497	40.079
Reversão de provisões operacionais	3.727	3.938
Outras rendas operacionais	3.044	5.971
Total	70.384	50.404

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	3.032	3.501
Contribuição O.C.E.	117	112
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	469	1.348
Contribuição Confederação Sicredi	8.022	7.283
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	3.323	2.940
Encargos da administração financeira	347	234
Repasse Administradora de Cartões	1.114	642
Outras provisões operacionais	3.334	1.151
Outras despesas operacionais	2.740	2.719
Total	22.498	19.930

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 30.830 (2015 - R\$ 24.344), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 21 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	82.059	69.094
Coobrigações em cessões de crédito	236	274
Total	82.295	69.368

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	270.550	218.310
Capital principal - CP	270.550	218.310
Capital social	-	-
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	115.986	87.778
Lucros acumulados	24.534	17.317
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	3.045	1.452
	-	-
Total do capital qualificado	270.550	218.310
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	95.572	81.530
Índice sobre o PR considerando a RBAN	30,01%	29,99%
Situação para o limite de imobilização	23.680	17.962
Índice de imobilização (limite 50%)	8,75%	8,23%

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Giorgio Martins Bonato
Diretor Executivo
CPF: 867.644.891-49

Antonio Carlos Peres
Diretor de Operações
CPF: 528.531.361-91

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72